

Agora é oficial: anistia custará quase US\$ 2 bi

O perdão da dívida de empresários e produtores rurais, aprovado pela Constituinte, causará um prejuízo de 281,95 bilhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), o equivalente a Cz\$ 377 bilhões, ou US\$ 1.964 bilhão. Estes números, divulgados ontem à noite no Palácio do Planalto, foram levantados em tempo recorde, com base em dados do Banco do Brasil, principal responsável pelo crédito agrícola do país.

Do total de Cz\$ 377 bilhões, Cz\$ 194 bilhões (145,09 bilhões de OTNs, ou US\$ 1.010 bilhão) referem-se ao prejuízo do Tesouro Nacional; Cz\$ 128 bilhões (95,73 bilhões de OTNs, ou US\$ 667 milhões) terão que ser cobertos pelos bancos oficiais, e Cz\$ 55 bilhões (41,13 bilhões de OTNs, ou US\$ 286 milhões) pelos bancos privados. Todos estes números tiveram como base na OTN do dia 30 de junho (Cz\$ 1.337,12), sendo que o levantamento, segundo o Coordenador de Política Agropecuária da Secretaria Especial de Assuntos Especiais do Ministério da Fazenda, Alvares da Conceição, inclui margem de erro "muito pequena".

Quem perde mais

Conceição afirmou que o maior

prejudicado com a anistia foi o setor rural. Isso porque o Governo terá que rever, na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), os principais pontos da política agrícola para a safra 88/89, reavaliando os Valores Básicos de Custeio (VBCs); os preços mínimos e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). "Temos que ver agora qual o nível de assistência que o Governo poderá oferecer aos agricultores, já que a anistia criou uma situação bastante complicada para a União", acrescentou.

Ricardo Conceição disse também que, mesmo com toda rigidez orçamentária, o Governo ainda conseguiu injetar recursos para a comercialização da safra agrícola no mês de julho. Mas a partir de agosto não haverá mais como aplicar na comercialização. Até lá os técnicos da área econômica continuarão estudando fórmulas para cobrir o "rombo" provocado pela anistia, através de medidas no sentido de "reduzir despesas ou aumentar receita". Partindo desta novatado de "reduzir despesas ou mentar receita". Partindo desta nova realidade, ele admitiu que não está totalmente descartada a possibilidade de lançamento demais um

empréstimo compulsório ou elevação de impostos.

Lembrou que, quanto maior for a demora na definição da data de pagamento do principal da dívida — caso a emenda que trata da anistia seja confirmada no segundo turno de votação da Constituinte — maior será o prejuízo do Governo. Do total referente ao "rombo" do Tesouro Nacional (Cz\$ 194 bilhões) Cz\$ 147 bilhões dizem respeito às dívidas perdoadas de produtores rurais e Cz\$ 47 bilhões de empresas urbanas. Quanto ao prejuízo dos bancos oficiais (Cz\$ 128 bilhões); Cz\$ 79 bilhões referem-se aos produtores rurais e Cz\$ 49 bilhões às empresas urbanas e, por fim, o "rombo" de Cz\$ 55 bilhões provocado em bancos privados é formado de Cz\$ 23 bilhões dos produtores e Cz\$ 32 bilhões de empresas.

O Governo terá que repor parte deste prejuízo a partir de vários mecanismos. O primeiro deles (praticamente definido) será o corte do custeio agrícola no mês de julho. Havia uma previsão de se liberar Cz\$ 30 bilhões neste mês, dos quais, Cz\$ 10 bilhões já contratados. O restante, desde já, fica retido e o mesmo pode acontecer com as parcelas que seriam liberadas até o final do ano.



Gartenkraut divulgou a carta enviada ao FMI com as metas do programa de ajuste econômico

O prejuízo de cada parte

INSTITUIÇÕES	BENEFICIÁRIOS		TOTAL		
	EMPRESAS URBANAS	PRODUTORES RURAIS	Cz\$ Bilhões	OTN Milhões	US\$ Milhões
Tesouro Nacional	47	147	194	145,09	1.010
Bancos oficiais	49	79	128	95,73	667
Bancos privados	32	23	55	41,13	286
Total	128	249	377	281,95	1.964

Obs.: As duas primeiras colunas relacionam o número de instituições a que devem as empresas urbanas e os produtores rurais. Não se trata, portanto, do número de empresas e produtores atingidos pela anistia.

Fonte: Ministério da Fazenda

Governo aposta no segundo turno

O Governo do presidente José Sarney vai trabalhar para derrubar, na votação do segundo turno, a anistia que a Assembléia Nacional Constituinte deu aos micro e pequenos empresários que não pagaram suas dívidas, contraídas durante o Plano Cruzado.

A informação é do ministro Ronaldo Costa Couto que, em entrevista ao programa Bom Dia Brasil, disse ontem que "seria hipocrisia não admitir que o Governo atua sobre a Assembléia Nacional Constituinte".

O ministro do Gabinete Civil informou que o Governo pretende modificar diversas matérias que integram o projeto constitucional, ou suprimi-las, simplesmente, entre elas a jornada de seis horas, a licença gestante de 120 dias e o tabelamento dos juros.

Da anistia, especificamente, Ronaldo Costa Couto afirmou que "a conta não é do Governo, a conta é do povo". Quem vai pagar a conta resultante da anistia aos empresários, frisou, "é o povo brasileiro, são os constituintes".

Observou que o Governo não vai abrir mão de manter o déficit público em 4% do Produto Interno Bruto. Por isso, continuou, "vamos ter que remanejar gastos, vamos ter que recuperar receitas para segurar a inflação e manter o programa de recuperação da economia".

Não afirmou, mas sugeriu, que o Governo pode até mesmo utilizar o Imposto de Renda para essa recuperação de receitas.

Dividendo do BB corre risco

Os Cz\$ 58 bilhões de lucros obtidos pelo Banco do Brasil de janeiro a abril, segundo balancete do período, já "desapareceram" com a anistia aos endividados do Plano Cruzado, revelou ontem o presidente da instituição, Mário Berard. Apesar de negar-se a fazer previsões sobre o montante do prejuízo do BB, Berard admitiu até mesmo que, caso a anistia seja confirmada no segundo turno da Constituinte, o banco poderá deixar de distribuir dividendos aos seus 700 mil acionistas, como faz regularmente a cada semestre.

Outra repercussão da anistia é que o Banco do Brasil deixará de aplicar, em julho, Cz\$ 30 bilhões no financiamento de custeio e investimento aos micros, pequenos e médios produtores rurais, além de outros Cz\$ 10 bilhões que seriam destinados, este mês, aos micros e pequenos empresários urbanos. Berard acha que o prejuízo do BB com a anistia é tão grave que deveria ser anunciado pelo Presidente da República, no caso o deputado Ulysses Guimarães, também presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Justiça

Os acionistas que deixassem de receber os dividendos, segundo Berard, poderão, em tese, reclamar na Justiça as perdas sofridas em decorrência de uma decisão do poder público que também é o acionista majoritário, com 29,5% do capital do Banco do Brasil e 51% das ações com direito a voto. Berard também previu que os empresários urbanos e rurais que,

teoricamente teriam o benefício da anistia mas já pagaram seus débitos, com sacrifício, também poderão entrar na Justiça, uma vez que a nova Constituição também garante direitos iguais para todos, cabendo ao judiciário interpretar quais das normas ditadas pela Constituição será aplicada.

Mário Berard afirmou, no entanto, ter esperança de que "prevalecerá o bom senso" e que a anistia, pelo menos na forma como está, deverá desaparecer do texto constitucional, no segundo turno. "Ao Banco não interessa quebrar uma empresa ou impedir a produção rural".

A retenção de recursos para os setores atingidos segundo Berard, poderá se estender para o mês de agosto, para quando está prevista a aplicação de Cz\$ 40 bilhões somente para o setor agrícola, recursos que atingiriam Cz\$ 100 bilhões em setembro e Cz\$ 150 bilhões em outubro.

As decisões de cortar os recursos aos anistiados foram aprovadas no Conselho Diretor do Banco do Brasil na última quarta-feira. Ainda ontem foram distribuídos telex às agências do banco em todo o País, suspendendo o financiamento. De acordo com o presidente do BB, a suspensão das liberações de recursos permanecerá "até que se conclua levantamento detalhado das perdas, porquanto as novas contratações seriam efetuadas parcialmente com retornos que, eventualmente, não se efetivariam".